

Intelectuais pela leitura de textos jornalísticos: a campanha de aperfeiçoamento e difusão do Ensino Secundário (1953-1969)

Intellectuals by Reading Newspapers: Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education (1953-1969)

Fabiana Teixeira da Rosa¹

George Fredman Santos Oliveira²

Maria das Dores Daros³

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a trajetória profissional dos intelectuais que atuaram na Diretoria do Ensino Secundário (DES), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), durante a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), entre os anos de 1953 e 1969: Armando Hildebrand; Gildásio Amado; Lauro de Oliveira Lima. As fontes analisadas são textos jornalísticos do período, disponíveis na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. O estudo foi realizado com fundamento na urdidura do termo *intelectuais* por Ângela de Castro Gomes (2002), Sergio Miceli (2001) e Carlos Eduardo Vieira (2008; 2015). O exame do *corpus* empírico-documental permitiu observar a constância de um modelo de ensino secundário perseguido pela DES e pela CADES em suas ações e produtos; foi possível visualizar igualmente a pressão do estado desenvolvimentista em relação ao futuro dos jovens secundaristas e a interveniência política sobre a atuação dos diretores em alguns momentos.

Palavras-chave: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário; Intelectuais; Ensino Secundário.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the professional trajectory of the intellectuals who worked in the Board of Secondary Education - Ministry of Education and Culture, during the Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education between the years of 1953 and 1969: Armando Hildebrand; Gildásio Amado; Lauro de Oliveira Lima. The sources analyzed are newspapers from the period, available at the Digital Newspaper Archive of the National Library. The study was carried out based on the composition of the term “intellectuals” by Ângela de Castro Gomes (2002), Sergio Miceli (2001) and Carlos Eduardo Vieira (2008; 2015). The research on the *corpus* allowed to observe the constant model of secondary education pursued by DES and CADES in their actions and products; it was also possible to view the constriction of the State of Development with regard to the future of high school youth and the political intervention on the performance of the directors in some moments.

Keywords: Campaign for the Improvement and Diffusion of Secondary Education. Intellectuals. Secondary Education.

Introdução

O período das décadas de 1950 e 1960 no Brasil foi caracterizado pelo debate político embarcado no nacional desenvolvimentismo no qual os projetos enfatizavam a industrialização do país e o

¹ Doutoranda em Educação, linha de pesquisa: Sociologia e História da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fabirosa11@hotmail.com

² Doutorando em Educação, linha de pesquisa: Sociologia e História da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: georgefredoliveira@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra. Professora titular aposentada/voluntária da linha de pesquisa: Sociologia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: m.daros@ufsc.br

desenvolvimento econômico pela substituição das importações com a abertura da economia brasileira para a recepção do capital fabril estrangeiro. Com o objetivo de reconfigurar a fisionomia dos estratos sociais que compunham a população e pintar um retrato que representasse a nação republicana do século vinte, considerava-se urgente a assunção de mudanças econômicas, sociais e culturais pela implantação de um modelo de modernização urbano-industrial. No campo educacional destaca-se a expansão do ensino secundário com sua crescente dispersão entre as camadas sociais da base econômico-cultural às margens das elites pelo incremento quantitativo de escolas públicas e particulares e o aumento das matrículas.

Entre outros instrumentos da política educacional da ocasião, foi a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) criada com o objetivo de promover no país o aprimoramento e a expansão do ensino secundário (que no curso da campanha passa a fazer parte do arranjo do ensino de grau médio). Para atingir este propósito a campanha deveria organizar e realizar atividades formativo-pedagógicas, entre elas: jornadas, simpósios, encontros, cursos, seminários, missões pedagógicas, concursos, bem como publicações. As ações da CADES foram consideradas por seus diretores como o divisor de águas entre o que existia e o que se tornou o ensino secundário, pois permitiu uma atuação descentralizada do MEC com os profissionais secundaristas e as próprias escolas secundárias.

Como mentor da CADES, a literatura cita o professor Armando Hildebrand. Durante a sua passagem como diretor da Diretoria do Ensino Secundário (DES), assume a iniciativa de importantes e grandes projetos educacionais no interior das décadas mencionadas com passagens em outros órgãos, comissões e diretorias. Em seu lugar, no ano de 1956, assume a direção da DES o médico e professor de química Gildásio Amado, ex-docente e diretor do externato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, lhe é atribuído o feito da expansão da CADES no país; viajou à Europa para conhecer dos formatos do ensino secundário em países como Alemanha, Inglaterra e França, mobilizou intensamente a reformulação curricular do ginásio do ensino secundário em sua atuação técnico-pedagógica na DES, e mesmo depois da extinção desta diretoria contribuiu para a reforma do ensino de segundo grau prevista na Lei Nº 5.692, de agosto de 1971.

O próximo diretor, Lauro de Oliveira Lima, bacharel em Direito e Filosofia, Inspetor do Ensino Secundário no Ceará até meados dos anos 1960, assume brevemente a DES no ano de 1963. Embora tenha sido sua passagem por curto período (de agosto de 1963 a abril de 1964), o interstício e o cenário político no qual se movimenta é particularmente relevante: as propostas reformadoras de João Goulart na presidência da República provocam as forças reativas da sociedade civil e dos agentes militares que representavam o coorte dessas forças reativas; no MEC os ministros Júlio Sambaquy e Paulo de Tarso publicam algumas portarias levadas a termo pelo professor Lauro de Oliveira Lima, das quais as escolas particulares vão se ressentir; a instabilidade política advinda com o golpe no ano de 1964⁴ desaba sobre o ministro e o diretor da DES,

⁴O **golpe de 1964** foi um arremate sócio-político deflagrado por civis e militares que começou a ser engendrado com a posse de João Goulart (Jango) em 1961. Por causa da relação estreita de Jango com pautas de reforma social (as Reformas de Base) no país

custando-lhes os postos nestas funções. A direção é reassumida por Gildásio Amado até a aproximação do ano de 1970, quando, com a Reforma Administrativa do MEC, as diretorias são extintas.

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação desses intelectuais que estiveram à frente da Diretoria do Ensino Secundário (DES) vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), durante a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário entre os anos de 1953 e 1969, conforme citado: Armando Hildebrand; Gildásio Amado; e Lauro de Oliveira Lima. O trabalho mapeia as ideias e o comportamento político-cultural relacionando-as aos princípios proferidos pelo movimento da Escola Nova⁵ veiculadas à época em relação ao intelectual, ao educador, ao administrador público nas suas realizações, reverses e herança social com suas rupturas e desdobramentos na história da educação secundária do país.

As fontes aqui analisadas são textos jornalísticos do período, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em particular, a subseção denominada *Diário Escolar: educação e cultura*, jornal universitário, do periódico *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. A escolha da fonte jornalística não é aleatória; os jornais foram a principal plataforma de comunicação por séculos no país. A abordagem metodológica é orientada pela análise documental e de conteúdo mediadas pela historiografia correspondente à delimitação temporal selecionada, como a correlação com outros documentos vinculados à DES e seus diretores e a CADES.

O estudo das fontes desta pesquisa foi realizado com fundamento na urdidura do termo intelectuais assinalado por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016), com as quais a expressão e os indivíduos tomados aqui por intelectuais surgem como *unidade polissêmica* quando se fala dos lugares e mídias: “são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social [...] atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10). Nesta perspectiva entende-se os intelectuais como atores que produzem conhecimentos e bens culturais, com intenções de projetos sociais e políticos de modo a intervir na construção de outros valores e comportamentos da sociedade. Assim, os intelectuais podem representar um papel de “criadores” ou “mediadores” da cultura

frações conservadoras e elitizadas da sociedade viram no político gaúcho a ameaça **comunista**. “Os militares envolvidos no golpe de 1964 justificaram sua ação afirmando que o objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e deter a “ameaça comunista” que, segundo eles, pairava sobre o Brasil. Uma ideia fundamental para os golpistas era que a principal ameaça à ordem capitalista e à segurança do país não viria de fora, através de uma guerra tradicional contra exércitos estrangeiros; ela viria de dentro do próprio país, através de brasileiros que atuariam como “inimigos internos” (CPDOC, 2020). Com o golpe teve início um regime político marcado pelo “autoritarismo” que privilegiava a autocracia do Executivo Federal em relação às liberdades individuais e em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

⁵ A Escola Nova foi um movimento internacional em busca de uma renovação pedagógica para a educação, evidenciada no Brasil desde os anos de 1920, foi enfatizada a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Conforme Xavier (1999, p. 37), este manifesto foi um documento assinado por 26 intelectuais da educação, que apresentava ao país “as bases de um programa de *reconstrução educacional* que confluíam para a racionalização/profissionalização do campo educacional, para a universalização do acesso à educação pública sob responsabilidade do Estado, enfim, para a secularização da cultura e modernização da sociedade”. Para o ensino secundário, indicava-se um conjunto de propostas relativas a organização de um ensino público, que levava em conta as mudanças sociais e o acesso de uma população que não era a elite dominante, modificando suas formas e funções da educação humanista e clássica para um ensino moderno com bases científicas e técnicas (ROSA, 2014).

num dado grupo social, sem assumirem uma posição fixa ou se fixarem numa posição, dependentes da legitimação do seu trabalho pelos públicos com os quais se relacionam.

Ainda como unidade polissêmica que “desliza pelos sentidos”, conforme a reflexão de Carlos Eduardo Vieira (2008; 2011; 2015), que identifica quatro aspectos comuns aos intelectuais brasileiros do campo educacional da primeira metade do século XX: 1) relaciona ao “sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual”; 2) diz respeito ao “engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social”; 3) refere-se à “elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade”; por fim, 4) indicação da “centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social.” Desta forma, a noção de intelectual é compreendida aqui de forma distinta nas posições de mediador dos conflitos sociais, organizador da cultura e produtor de capital simbólico; caracterizando os intelectuais como integrantes do campo imbuídos de um sentimento de missão que relaciona educação e modernidade centralizadas no Estado pela implementação das políticas de intervenção social. Quando Vieira (2008, p. 67) sintetiza estas abordagens:

[...] o conceito de intelectual como mediador dos conflitos sociais, presente na obra de Karl Mannheim; a ideia do intelectual como dirigente e organizador da cultura, problematizada nos textos carcerários de Antonio Gramsci; e, por fim, o conceito de intelectual como produtor de capital simbólico, inerente à obra de Pierre Bourdieu.

O autor estabelece a relação entre ciência, o discurso intelectual, a mediação sócio-histórica, pela terminologia que adota, a identificação dos agentes pelo substantivo *intelectual* e por meio da análise da polissemia do vocábulo intelectual. Portanto,

poderíamos afirmar que: enquanto as palavras sábio, erudito, letrado, culto representam adjetivos associados a sujeitos privados, aquelas representam substantivos que nomeiam um sujeito político coletivo. Na história intelectual a emergência e o uso coloquial das palavras intelectuais e *intelligentsia* representaram uma mudança significativa de percepção, em função de uma mudança no comportamento político das elites cultas. (VIEIRA, 2008, p. 71)

Pode-se presumir desta afirmação que existe uma carga de valor simbólico do campo veiculada pela terminologia entalhada pelos agentes sendo possível falar de uma *terminologia do campo* e que esta terminologia se articula com a *posição no campo*, dito de outra forma: identidade, pertencimento e performance política num lugar específico, o Estado.

Enquanto Vieira (2008) pensa a terminologia, Miceli (1979) n’*Os intelectuais e o Estado*, do livro *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, estabelece as condições sócio-históricas e o instrumental utilizado pelos agentes para se situarem no arranjo político da época escolhida na posição de dirigentes no espectro do poder, na qualidade de fração da sociedade dominante, na condição mesma de

ocupante da função pública, mapeia o conjunto de disposições presentes ao meio que estruturam o posicionamento do intelectual no ordenamento sociopolítico.

Algumas consequências desta conformação do intelectual ao político são observadas por Miceli: o acesso ao poder de cúpula altamente centralizado, a intervenção do Estado na definição: “a diferenciação na divisão do trabalho técnico, político e cultural” (MICELI, 1979 p. 141). As condições sócio-históricas propiciaram uma conformação desses intelectuais ao arranjo instaurado pela intervenção do Estado nos mais variados domínios da sociedade, de maneira especial no campo na cultura, onde pudessem harmonizar a função pública com o exercício de sua intelectualidade, característica fundamental desses agentes que lhes conferem, ao que aqui se chama de *unidade epistêmica*, autonomia e características do campo que os distinguem do puro político profissional, do puro agente estatal, ou do puro intelectual “sábio, erudito, letrado, culto adjetivos associados a sujeitos privados” (VIEIRA, 2008, p. 71).

A pesquisa busca analisar, desta maneira, a trajetória profissional daqueles intelectuais durante o período em que estiveram à frente das ações do MEC em relação ao ensino secundário, na DES, em especial, à CADES, procurando dar visibilidade às suas estratégias de atuação sob o mote da renovação pedagógica desta etapa de escolarização. Para tanto, será abordado no próximo tópico as ideias e o comportamento profissional dos três diretores, em cada momento distinto de condução da DES, enfatizando as suas ações e estratégias ao legado da historiografia e da história do ensino secundário brasileiro.

A CADES na Diretoria do Ensino Secundário: eficácia e sentido social para a formação do jovem secundarista

Com o nome de Diretoria do Ensino Secundário (DES), este quadrante do Ministério da Educação e Saúde veio a existir no ano de 1946, instituída pelo Decreto-Lei nº 8.535, de 2 de janeiro. Os atos desta diretoria, e conseqüentemente do seu diretor, estavam diretamente subordinados ao ministério; a diretoria não possuía natureza jurídica própria, parte que era da estrutura administrativa central no Executivo Federal na administração direta. Neste sentido, é possível se falar de uma história administrativa da DES, dos seus diretores, da campanha, como também de uma história das visões pedagógicas em ação e circulação nestas mesmas instâncias, e, por fim, de como esta conjunção se enreda em sua forma política, no caso uma política pública no campo educacional da época.

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), por seu turno, é instituída por meio do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Getúlio Vargas havia retornado à cadeira presidencial, ao seu lado subscreve esse ato o ministro da educação Antônio Balbino de Carvalho Filho. Meses antes assumia a direção do ensino secundário Armando Hildebrand, cuja posse aconteceu em meados de agosto daquele ano. “Eficiência do ensino, entrosamento da escola com o meio a que serve,

problemas de administração escolar” (CORREIO DA MANHÃ, 1953, p. 6) é um dos *slogans* levantados por Armando Hildebrand no seu discurso de posse, este lema se transformará na alínea *a* do artigo 2º Decreto nº 34.638: “tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo, assim, ao ensino secundário maior eficácia e sentido social” (BRASIL, 1953).

O *affair* do “Palacete do Silvestre”

Ao assumir a direção do ensino secundário, Armando Hildebrand⁶ incorpora à diretoria o que trazia incorporado em si: o móbil da sociedade técnico-instrumental imbuído que estava da sua experiência na Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI) (CUNHA e FALCÃO, 2009), e nas seções técnicas do INEP. A indicação de Armando Hildebrand pelo ministro da educação para o cargo aspirava à reestruturação do MEC (CORREIO DA MANHÃ, 1953, p. 6), o perfil técnico do novo diretor da DES portava consigo os aprestos da diplomacia e dos anseios renovadores e flexibilizadores dos modelos educacionais no país. Seus propósitos na DES foram imodestos, seus olhos logo de partida se voltaram para o “financiamento do ensino médio pela União, enriquecimento do conteúdo da educação secundária, aperfeiçoamento dos métodos de ensino, transformação da diretoria em órgão de estudo e pesquisa” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1953, p. 2).

Armando Hildebrand atuou extramuros concomitante à direção da DES: na Campanha dos Educandários Gratuitos, Campanha de Educação de Adultos, Campanha Nacional de Bolsas de Estudos⁷ e na criação da Fundação do Ensino Secundário, entidade majoritariamente representada por escolas privadas, cujo fim era o de fornecer bolsas de estudos para os “estudantes pobres”, com recursos inclusive do Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM)⁸, apresentada em junho de 1954 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, p. 2).

⁶ Formado pela Escola Normal de Pirassununga/SP, bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; fez cursos de administração escolar no Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo; administração, seleção e orientação profissional pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e de metodologia e administração do ensino médio na Universidade do Estado de Nova York. Exerceu os cargos de diretor da Escola de Aplicação, da Escola Normal de São Carlos; chefe da Seção de Psicologia Aplicada e da Seção da Organização Escolar do INEP; chefe do Serviço de Treinamento de Pessoal Docente e Administrativo da CBAI; diretor executivo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, nos anos de 1940 (CORREIO DA MANHÃ, 1953, p. 6); nos anos de 1960 trabalha na implantação do ensino primário no Distrito Federal com a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), assume a direção da Diretoria do Ensino Industrial; planejou o Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai, Uruguai – MEC/OEA (MUFFATO e SILVA, 2014; MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2020).

⁷ As campanhas tanto no campo da educação como em outras instâncias de ação social públicas ou privadas podem ser consideradas como um *modus operandi*, foi um recurso instrumental persistente nas décadas passadas; o termo de origem militar sinaliza para a atuação em frentes urgentes ou emergentes alcunhada de campanhismo.

⁸ O Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM) foi instituído pela Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1954, a instituição do fundo acompanha a série de atos que se voltam sobre a reforma do *ensino do grau secundário* na ocasião, não apenas do ensino secundário, mas das ramificações que se encontram na mesma faixa de ensino: o normal, industrial, comercial e agrícola. “O FNEM foi aprovado na gestão do ministro Cândido Mota Filho, na forma da Lei 2.342 de 25/11/1954, depois regulamentado pelo decreto nº 34.494, de 14 de junho de 1955. [...] Os recursos do FNEM, decorrentes do orçamento de 0,01% da renda da União, deveriam ser aplicados em: 1) bolsas de estudo em benefício de adolescentes aptos, através de provas de seleção, e materialmente necessitados, 2) auxílio para a manutenção dos estabelecimentos de ensino e 3) contribuições para a ampliação e a melhoria da

À cabeceira da DES, Armando Hildebrand, bem relacionado com Anísio Teixeira⁹ em sua passagem pelo INEP (MORAES *et al*, 2008), que naquele momento integrava a Assistência Técnica de Educação e Cultura (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1953, p. 2) responsável em grande medida pelo abraçamento dos outros cursos na legislação da equivalência, põe em andamento, por meio das ações da CADES, a reconfiguração do ensino secundário, cujo expediente seria a equivalência dos cursos do grau secundário e a flexibilização curricular na etapa do ginásio.

No ano de 1955 uma das iniciativas levadas a cabo por Armando Hildebrand foi a inauguração da Casa do Professor (CORREIO DA MANHÃ, 1955, p. 9), eram os próceres do Poder Executivo o ministro da educação Cândido Mota Filho, e o presidente João Fernandes Campos Café Filho; a casa (apelidada de Palacete do Silvestre) havia sido residência de ministros e presidentes. A Casa do Professor era um ponto de apoio logístico para professores em viagem que estivessem no Rio de Janeiro para estudo e formação, fora equipada com dormitórios, biblioteca e sala de conferência; fazia parte dos investimentos da diretoria em equipamento e serviços para o professorado do ensino secundário.

Assumindo a presidência no ano de 1956, Juscelino Kubitschek empossa como ministro da educação a Clóvis Salgado, na sucessão deste evento a Casa do Professor se tornou o pivô de um dissentimento entre o novo ministro e o diretor da DES. O ministro da fazenda José Maria Alkmin pediu a casa do professor para servir-lhe de moradia ao ministro da educação Clóvis Salgado (CORREIO DA MANHÃ, 1956, p. 11), pedido por sua vez questionado por Armando Hildebrand que expôs as razões da manutenção do equipamento para os professores (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1956, p. 2); o rápido posicionamento oficial foi pela exoneração do diretor do ensino secundário. O desconforto provocado pela ocorrência e o embate entre os ministros e o diretor da DES levou a um desfecho impremeditado que forçou sua substituição. Em março de 1956 assume o comando da DES o professor Gildásio Amado (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1956, p. 4).

rede escolar. Embora destinado ao ensino médio como um todo, o FNEM atingiu principalmente o ensino secundário, que era o setor mais abrangente e contava com o lobby dos proprietários e diretores, na maioria representantes das congregações católicas”. (MONTALVÃO, 2011, p. 147)

⁹Anísio Spínola Teixeira bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922; em 1924 ocupou o cargo de Inspetor Geral de Ensino da Bahia; obteve o título de *Master of Arts pelo TeachersCollege da Columbia University* em 1929; realizou uma viagem à Europa e duas viagens aos Estados Unidos entre 1925 e 1928. Nos Estados Unidos entra em contato com a obra do filósofo americano John Dewey; publica *Aspectos americanos da educação* (1928) no qual faz o primeiro estudo sistematizado de suas ideias; foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932); participou da Associação Brasileira de Educação (ABE). Na Bahia ocupou a Secretaria de Educação e Saúde até o início da década de 1950 quando nesta função constrói o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro denominado de Escola-Parque pensado para propiciar à criança uma educação integral, cuidando de sua alimentação, higiene, socialização e preparação para o trabalho e cidadania. No ano de 1951 assumiu no Rio de Janeiro a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No ano seguinte toma posse do cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no qual permaneceu até 1964. Com a ascensão do governo militar foi afastado e aposentado compulsoriamente. “Anísio Teixeira fez parte de uma geração de intelectuais cuja preocupação maior, na primeira metade do século XX, foi a de organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que procurava assegurar a sua unidade pela instrução pública, pela reforma do ensino e pela construção de um campo cultural a partir da universidade. Essa preocupação levou-o, como outros educadores que lhe foram contemporâneos, a uma relação contraditória com o Estado” (NUNES, 2000)

As “Classes Experimentais” e os “Ginásios Vocacionais”

O professor Gildásio Amado¹⁰ assume a pauta da CADES na DES levando adiante e ampliando os planos da gestão do seu antecessor. A engenhosidade do seu comando residia em servir-se da conjuntura oferecida e transformá-la em “dividendos”. As ações consolidadas pela campanha: encontros formativos para professores, secretários, diretores, inspetores, a oferta de bolsas de estudo para os alunos-mestres, o apoio financeiro para aquisição de material didático e aparelhamento escolar são incrementadas com o recrutamento de técnicos com dedicação prioritária para a CADES, a reforma do regimento da diretoria (BRASIL, 1956), a ampliação do número das Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário (ISES) nos estados federativos, o patrocínio das publicações normativas, técnicas e pedagógicas.

O bom proveito da conjuntura obtida é, entre outros fatores, decorrência das discussões anteriores acerca do ensino secundário, especialmente aquelas reputadas à renovação pedagógica prometida pela LDBEN em curso no Legislativo, o otimismo político simbolizado por Juscelino Kubitschek na presidência da República, e a relativa liberdade de ação e expressão de educadores que ascenderam ao cenário público de então. Alternando o acento do *slogan* do seu antecessor, mas conectado com o “espírito” do regulamento da CADES, as palavras de ordem de Gildásio Amado eram: flexibilização, descentralização e preparação do jovem estudante para a vida. Foi taxativo em diversas ocasiões em defender a flexibilidade de currículo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p. 4), denunciar os males da centralização e a premência da libertação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1957, p. 4) administrativa e pedagógica do ensino secundário.

Ao pronunciar seu entendimento a respeito da escola secundária moderna e as ferramentas a serem empregadas (flexibilização e descentralização) nesta tarefa de modernização, Gildásio Amado expõe os pontos sobre os quais os rumos dessa etapa de ensino tomaria em suas mãos na DES. Em busca de inspiração, parte para Europa para conhecer dos formatos do ensino secundário, estuda e comenta os modelos da França e Inglaterra (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1956, p. 4), colhe daí as sementes do que nomeia de *classes experimentais*, às quais investe esforços neste primeiro turno de sua gerência. A primeira providência que tomou foi a de estabelecer o vínculo entre o conteúdo de sua proposta e o “estado da arte normativo” que regia o ensino secundário naquele momento.

Essas classes, conforme esclarece a Diretoria do Ensino Secundário, ‘têm por objetivo ensaiar a aplicação de métodos pedagógicos e processos escolares, bem como de tipos de

¹⁰ Graduado em 1928 pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, diretor do externato do Colégio Pedro II (BARRETO e THOMAZ, 2012). Lecionou no ensino médio do Estado da Guanabara e na Faculdade Nacional de Filosofia da ex-Universidade do Brasil; foi presidente da Comissão Nacional do Livro Didático; assessor técnico do Departamento de Ensino Fundamental e chefe da Assessoria do Ensino de 1º grau em 1971. Participou dos grupos de trabalho para a reforma do ensino de 1º e 2º graus. Entre 1970 e 1972 foi membro do grupo de trabalho encarregado de definir a política do Ensino Supletivo (FGA, 2020).

currículos compatíveis com a legislação do ensino médio'. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p. 4)

Essa estratégia era importante por uma série de motivos, o primeiro deles é o de auferir a legitimidade entre os pares e a opinião pública, especialmente aqueles que fizeram passar as leis da equivalência e aqueles que tocavam os projetos renovadores nas minutas da LDBEN na ocasião; o segundo motivo era a sedimentação do entendimento de que tudo o que vier a se referir ao ensino secundário por extensão se referirá ao ensino médio. Esta mudança de termo não é casual, seu propósito é o de suplantar as concepções relacionadas às leis orgânicas dos anos de 1940 cunhando uma terminologia que se conformasse ao modelo que estava sendo gestado. A proposta é apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) por comissão constituída no âmbito da DES, publicada em seguida na forma do Parecer 31/58 do CNE para início de implementação no ano de 1959 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p. 4). O projeto das classes experimentais nas escolas que aderissem ao ensaio pedagógico apresentava:

[...] currículos diferentes dos estabelecidos pelos artigos 11, 14 e 15 da Lei Orgânica do Ensino Secundário. [...] Características comuns a todos os planos podem ser resumidas nos seguintes itens:

- redução do número de disciplinas por série;
- supressão das provas parciais e orais finais;
- modificação do atual sistema de notas;
- supressão das notas de trabalhos manuais e canto orfeônico;
- aumento do ano letivo, aproveitando os períodos atualmente ocupado com provas;
- preocupação com os métodos.

Nas características generalizadas se enquadram:

Fusão da história e da geografia;

Supressão do latim;

Aumento da permanência do aluno na escola;

Reunião de todas as disciplinas artísticas;

Valorização dos trabalhos executados pelos alunos;

Enriquecimento do currículo com disciplinas de natureza prática ou profissional. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959, p. 5)

Gildásio Amado, defendendo a premissa de que o “centro da escola se deslocou do objeto para o sujeito do ensino (e a necessidade de uma)¹¹ Reforma no sentido da ampliação da vida escolar através de atividades que abranjam os fins não só intelectuais como *sociais* e *cívicos* da educação” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1961, p. 4) entre um ensaio e outro vai testando variantes do “ensino secundário moderno” na etapa do ginásio até a evolução do que vai nomear de ginásio vocacional (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1961 p. 7) e posteriormente: ginásio moderno (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1963, p. 5), promove uma campanha sobre informação ocupacional no Brasil (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1960, p. 7) na qual os jovens seriam esclarecidos sobre tendências ocupacionais no país. Elucubra sobre uma pedagogia do civismo: um projeto

¹¹ Nota dos autores.

da DES (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1961, p. 1), para a qual, por meio da CADES, realiza um simpósio de educação cívica e um seminário de organização social e política no ano de 1962 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1962, p. 4) sob o argumento de que a “educação está divorciada da comunidade nacional” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1962, p. 8) a ideia de civismo é apresentada na forma da solidariedade coletiva em torno de valores, costumes e senso comum.

A implantação da rede de ginásios modernos com currículos sem academicismo e circunscrição sistêmica efetuada pela LDBEN com o ensino médio, colocou as três diretorias de nível médio (DES, DEI e DEC)¹² em ritmo de ação conjunta (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1963, p. 4). Àquela altura Gildásio Amado havia granjeado a credibilidade entre pares de peso nos círculos administrativos e educacionais, e não menos importante: da opinião pública. Até que em agosto de 1963 um revés se lhe acerca. A coluna *Sinal Aberto* do Diário de Notícias informa que Gildásio Amado se afasta da chefia da DES insatisfeito com uma ingerência do MEC pela substituição de um membro da Delegacia Seccional do Ensino Secundário em Pernambuco sem seu conhecimento e consentimento (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1963, p. 4). Novamente um *affair* político-administrativo depõe o diretor da DES.

“Assalto à escola”: estatização do ensino privado

Assume a DES, o professor Lauro de Oliveira Lima¹³, em agosto de 1963, mesmo mês em que transfere a diretoria para Brasília, a nova Capital da República (CORREIO BRAZILIENSE, 1963, p. 8). Os próximos meses na DES, no MEC e no país seriam decisivos na reviravolta política que se avizinhava. O presidente João Goulart se esforçava em fazer vingar as suas reformas de base, assumiram o MEC o ministro Paulo de Tarso Santos, seguido por Júlio Furquim Sambaquy, que publicam uma série de portarias relativas ao ensino secundário reputando-se ao conteúdo da LDBEN, prescrevendo medidas a serem adotadas, sobre livros didáticos, documentação escolar, entre outras, mas um tema em especial: as anuidades dos ginásios e colégios particulares. A tensão política em torno da governança de João Goulart, a investida normativa dos ministros da educação, o ímpeto e as convicções pedagógicas do diretor da DES se transformaram uma mistura explosiva.

O ensino secundário particular na ocasião se ressentia tanto do chefe do Executivo, quanto dos seus mandatários no MEC e na DES. Alguns posicionamentos de Lauro de Oliveira Lima levados a público põem agitados os educadores e diretores de escolas: “exame vestibular é cilada, seleção deve ser feita ao longo do

¹² Diretoria do Ensino Secundário; Diretoria do Ensino Industrial; Diretoria do Ensino Comercial.

¹³ Graduado pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1951, cursou bacharelado em Filosofia pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, Inspetor Federal de Ensino, Diretor do Ensino Secundário do MEC no Ceará, Presidente da Associação das Pequenas e Médias Escolas do Estado do Rio de Janeiro e Diretor de Pesquisas do Centro Educacional Jean Piaget, dedicando-se a treinar professores, técnicos e empresários por meio de métodos para dinâmicas de grupo, denominado Grupo de Treinamento para a Produtividade. (SILVEIRA, 2016)

curso colegial” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964, p. 8), Lauro de Oliveira Lima dá oito sugestões ao problema do vestibular para ser publicado em forma de decreto passando a se chamar *processo de seleção-aperfeiçoamento ano-vestibular*, que se trata de: 1) prolongar a seleção durante o curso colegial, 2) identificar os “bem dotados” e garantir-lhes oportunidade; 3) atrair ao processo de seleção os professores do colegial, 4) acompanhar a seleção por orientadores e assessores indicados pelas faculdades, 5) aplicar progressivamente testes de “capacidade intelectual, aptidão e temperamento”, 6) sistema de recuperação em regime especial de orientação para nivelar os “atrasados”, 7) encaminhar os deficitários não recuperáveis para escolas técnicas de nível médio, 8) *extinguir o exame vestibular clássico* (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 13).

Noutro *front da querela das portarias* a DES acusava os colégios privados de desobediência às portarias ministeriais (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). Os donos de colégios recorreram à justiça contra o congelamento das anuidades de 1964 (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 12) acusando o governo de preparar um assalto à escola pela estatização do ensino e derrubada da iniciativa particular (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964, p. 6). Neste interim é dado o golpe; o extremo das tensões políticas levadas a cabo é interpretado pela representação de Lauro de Oliveira Lima como um subversivo, marxista qualificado como o mentor de “toda a trama feita no MEC para [...] tentar intervir e encampar os ginásios e colégios particulares [...] Ele é o inimigo número um da escola média privada no país”. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964, p. 3). Assim, o MEC sofre uma depuração ideológica no dia “[...] 31 de março como a mais poderosa e destruidora agência do comunismo no país. Exonerados Lauro de Oliveira Lima e Anísio Teixeira, removidos quase todos os inspetores seccionais de tendências marquicistas (sic)” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964 p. 8-9).

O professor Lauro de Oliveira Lima é por fim, investigado, julgado e aposentado sumariamente pelo governo militarizado, que convoca para reassumir o posto de diretor o professor Gildásio Amado para colocar ordem no ministério da subversão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964, p. 4). A segunda gestão de Gildásio Amado tem como núcleo de ação o assentamento dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1965, p. 9) que até o ano de 1971 vão praticamente assumir o lugar do ensino secundário no país sob o pretexto de que “nada têm a ver com escolas profissionais os ginásios orientados ao trabalho. Se para a uma minoria é um curso de transição para o superior, para a grande maioria é ele um curso final” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1965, p. 3). Entre os anos de 1968 e 1970 são articuladas no MEC uma reforma administrativa, com o Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, é criado o Departamento do Ensino Médio (BRASIL, 1970; SCÁRDUA, 1981). Com este desfecho encerra-se a existência da DES e o modelo do ensino secundário da década de 1940, o que não significaria o afastamento de Gildásio Amado dos assuntos afetos ao ensino médio, designado membro da Equipe de Planejamento do Ensino Médio

Brasileiro (EPEM) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1968, p. 20); e em seguida membro do grupo de trabalho responsável pelos estudos das novas diretrizes e bases para a educação.

Considerações

O exame do *corpus* empírico-documental permitiu observar uma constância de um modelo de ensino secundário perseguido pela DES e pela CADES em suas ações e principais produtos; foi possível visualizar a pressão do estado desenvolvimentista em relação ao futuro dos jovens secundaristas e a interveniência política sobre a atuação dos diretores em alguns momentos, ocorrências que estão relacionadas ao clima político da ocasião e às posições ocupadas pelos agentes identificados no excuro deste trabalho. Neste sentido, a interferência política se deu: com Armando Hildebrand a disputa pela Casa do Professor; com Gildásio Amado pela sobreposição da autoridade do MEC à demissão de um inspetor; e com Lauro de Oliveira Lima pelo golpe civil-militar.

Em relação às fontes, utilizar o jornal e localizar uma subseção dedicada exclusivamente ao campo da educação é um exercício relevante de recomposição de fontes na História e Sociologia da Educação, cuja diversidade de discursos e agenciamentos contribuem para a compreensão da rede de sentidos que encobre um dado recorte histórico e demonstra a importância política-social-cultural da educação como um campo de disputas por conhecimento e poder sobre a condução dos destinos dos estudantes alcançados pelo ensino de grau médio dos anos de 1950 e 1960. O intelectual (unidade polissêmica e epistêmica) revelado neste trabalho demonstrou ocupar as posições de mediador e organizador da cultura e das ações político-sociais; produtor de capital simbólico; motivado por um sentimento de missão e pertencimento ao campo educacional brasileiro em um cenário que relaciona educação e modernidade, centrado no Estado pela implementação das políticas de intervenção social.

Como foi possível perceber, os três diretores não foram apenas executores de um ordenamento pré-concebido para o ensino secundário, mas se empenharam em pensá-lo e reconfigurá-lo numa fisionomia renovada para a segunda metade do século XX que rompia com os modelos instalados nos anos 1940 pela Reforma Capanema. Enfrentaram discordâncias administrativas e políticas em nome dos projetos de ensino secundário que assinaram e em razão disto obtiveram maior ou menor êxito (num caso específico, perseguição político-institucional propriamente dita) como criadores e interventores político-culturais. Características e respostas individuais e coletivas nos postos que ocuparam durante as suas trajetórias indicaram o pertencimento à categoria de intelectuais brasileiros e ilustraram a abordagem desenvolvida por este trabalho: unidade polissêmica que desliza pelos sentidos, unidade epistêmica como uma categoria de conhecimento e reconhecimento social sobre a qual é possível fazer um levantamento histórico retrospectivo.

Referências

AMADO, Gildásio. Ginásio Moderno. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, vol. XLI, nº 93: 17-30, jan. / mar. 1964. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/495241 Acesso em 23, fev. 2020.

_____. *Ginásio orientado para o trabalho ginásio polivalente*. 1966. Cópia de texto datilografado. Arquivo Anísio Teixeira. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/AT/textual/ginasio-orientado-para-o-trabalho-ginasio-polivalente-trabalho-s-l-nov-1966> Acesso em 23, fev. 2020.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. *O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira*. IPEA, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1620/1/td_1604.pdf. Acesso em 23, fev. 2020.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; THOMAZ, Alice Ângela. Práticas reformistas na educação brasileira: a contribuição dos irmãos Gildásio e Gilson Amado. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 46, p. 264-277, 2012. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640085/7644> Acesso em 23, fev. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei 19.890 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html> Acesso em 14, mar. 2020.

_____. Decreto-Lei 8.535 de 02 de janeiro de 1946. Passa as Diretorias subordinadas imediatamente ao Ministério da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8535-2-janeiro-1946-416422-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23, fev. 2020.

_____. Lei nº 1.821 de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. 1953. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-normaatualizada-pl.html> Acesso em 23, fev. 2020.

_____. Lei Nº 2.342, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1954 Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2342-25-novembro-1954-361710-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 23, fev. 2020

_____. Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Diário Oficial, 20 de novembro de 1953, p. 19.913. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14, mar. 2020.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 23, fev. 2020.

_____. Ministério Da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Secundário. *Regimento da Diretoria do Ensino Secundário*. Rio de Janeiro, 1956. Ex. do Arquivo PROEDES/UFRJ, acervo de Gildásio Amado, Rio de Janeiro.

_____. Decreto Federal nº 66.967, de 27 de julho de 1970. (1970). Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23, fev. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 23, fev. 2020.

CORREIO DA MANHÃ. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 23, fev. 2020.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio / ago. 2009.

_____. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 12, n. 1, p. 167-192, jan. / abr. 2012.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Verbete. In. CPDOC. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro> Acesso em 23, fev. 2020.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 23, fev. 2020.

FALCÃO, Luciane Quintanilha; CUNHA, Luiz Antônio. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, n. 7, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1579/1427> Acesso em 23, fev. 2020.

FUNDACAO GILDÁSIO AMADO (FGA). Disponível em: <http://www.fga.br/gildasio.htm>. Acesso em 23, fev. 2020.

GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e projetos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2016

JORNAL DO BRASIL. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 23, fev. 2020.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Companhia das Letras, 2001.

_____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo – Rio de Janeiro, 1979.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. *Por uma História Política da Educação: a Lei de Diretrizes e Bases e a democracia da Terceira República (1946-1961)*. 2011. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9008/CPDOC2011SergioMontalvao.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 23, fev. 2020.

MORAES, Jair Santana (Organizador) et al. *O Inep na visão de seus pesquisadores*: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 121 p. (Coleção Inep 70 anos, v. 3). Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/492393/O+Inep+na+vis%C3%A3o+de+seus+pesquisadores/7a40c8d0-a500-4d2e-8068-5d9d94141ee2?version=1.4> Acesso em 23, fev. 2020.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. *Professores Pioneiros*. Disponível em: <http://www.museudaeducacao.com.br/cte-45/professores-pioneiros/>. Acesso em 23, fev. 2020.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.21, n.73, dez. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23, fev. 2020.

O GOLPE DE 1964. Verbete. In: *CPDOC*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>. Acesso em 23, fev. 2020.

ROSA, Fabiana Teixeira da et al. *Circulação de ideias sobre a renovação pedagógica do ensino secundário brasileiro em periódicos educacionais científicos (1956-1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/bitstream/tede/2474/1/118693.pdf> Acesso em 23, fev. 2020.

SCÁRDUA, João Felício. *O MEC e a reforma administrativa*. Revista do Serviço Público, v. 38, n. 4, p. 91-98, 1981. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2329> Acesso em 23, fev. 2020.

SILVA, João Carlos da; MUFFATO, Lidiane Maciel. Entrevista com José Kuiava. *Educere et Educare*, v. 9, n. 18. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/10706/7900> Acesso em 23, fev. 2020.

SILVEIRA, Poliana Oliveira. *Lauro de Oliveira Lima: Contribuições para a educação moderna no Brasil (1960 e 1970)*. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/lauro-de-oliveira-lima-contribuicoes-para-a-educacao-moderna-no-brasil-1960-e-1970/> Acesso em 23, fev. 2020.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 23, fev. 2020.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, Juçara Luzia; ALVES, Claudia. *Intelectuais e História da Educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, v. 10) p. 25-54.

_____. Intelectuais e Educação. *Pensar a Educação em Revista*. Curitiba/Belo Horizonte: v. 1, n. 1, p. 3-21, abr. / jun. 2015.

_____. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 8, n.1, p. 63-85, jan. / abr. 2008. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588/20119> Acesso em 14, mar. 2020.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como Laboratório – Educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de pesquisas educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-960)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

Recebido em 29/06/20 aceito para publicação em 06/08/20



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 46 – segundo semestre/2020

ISSN 2317-4021